

CÂMARA MUNICIPAL DE OLEIROS

FORNECIMENTO DE BENS

AJUSTE DIRETO

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

“Modernização Administrativa e transformação Digital 2022 - Aquisição Software Informático - AIRC”

Procedimento n.º: F-26/2021

Data: 30/06/2021

Valor Base: € 111.079,00, sem iva

Prazo para a execução do fornecimento de bens: 545 dias

CPV: 48000000-8 Pacotes de software e sistemas de informação

Aviso de concurso n.º	CENTRO-50-2021-01
Nº Candidatura	
NIF beneficiário	506 824 152

Cofinanciado por:



*Ajuste Direto, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 16.º
do CCP - Código dos Contratos Públicos*



Artigo 1.º
Identificação do Concurso

Ajuste Direto n.º F-26/2021, "**Modernização Administrativa e transformação Digital 2022 - Aquisição Software Informático - AIRC**", que visa a contratação fornecimento de software, quer pela condição prévia da existência do software integrado em funcionamento nos serviços do município, cuja propriedade intelectual e licença de utilização concedida pela AIRC.

Artigo 2.º
Entidade Adjudicante

A entidade pública adjudicante é o Município de Oleiros, sita na Praça do Município, 6160-409 Oleiros, com o número de telefone: 272 680 130 de telefax: 272 682 446;

Artigo 3.º
Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por despacho do Presidente da Câmara, em 30/06/2021.

Artigo 4.º
Tipo de procedimento

3. A contratação é feita mediante o recurso ao procedimento pré-contratual de Ajuste Direto, ao abrigo da subalínea iii) da alínea e) do n.º 1 do artigo 24.º, do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação;

Artigo 5.º
Dúvidas, Esclarecimentos e Retificação das Peças do Procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados, por escrito e dirigidos ao Presidente da Câmara, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, através da Plataforma Eletrónica de Contratação Pública do Município de Oleiros: AcinGov (<https://www.acingov.pt/>).

2. Os esclarecimentos a que se refere o número anterior serão prestados por escrito pelo Presidente da Câmara, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação de propostas, através da Plataforma Eletrónica de Contratação Pública do Município de Oleiros: AcinGov (<https://www.acingov.pt/>).

3. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos previstos no número anterior.



4. Os esclarecimentos e as retificações serão enviadas por email a todos os concorrentes e fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

5. Quando o prazo fixado para a apresentação da proposta seja inferior a nove dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo.

Artigo 6.º

Preço base

1. O preço base do concurso é de € 111.079,00 (Cento e onze mil e setenta e nove euros), sem iva.

Artigo 7.º

Documentos que constituem a proposta

1. A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I ao presente convite;
 - b) Proposta de preço e respetivas condições conforme anexo II ao presente convite;
 - c) Certidão permanente da entidade ou documento equivalente com as inscrições em vigor;
 - d) Preenchimento do mapa de quantidades, disponível no formulário da plataforma.
2. Nos termos do artigo 58.º, n.º 1, do CCP, todos os documentos apresentados são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa;

Artigo 8.º

Propostas com variantes

Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.

Artigo 9.º

Consulta e disponibilização das peças do procedimento

As peças do concurso, estão integralmente disponibilizadas no gabinete técnico da Câmara Municipal de Oleiros e serão enviadas conjuntamente com este convite.

Artigo 10.º

Prazo para apresentação das propostas

1. O prazo para apresentação de propostas é até às 16:00 horas do dia 07 de julho de 2021, na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública do Município de Oleiros: AcinGov (<https://www.acingov.pt/>).



Artigo 11.º

Contrato e prestação de caução

O contrato será reduzido a escrito, não sendo exigida a prestação de caução;

Artigo 12.º

Prazo e modo para apresentação dos documentos de habilitação e supressão de irregularidades.

1. Os documentos de habilitação de apresentação obrigatória devem ser entregues no prazo de 5 dias úteis a contar da data da notificação da adjudicação.
2. Caso sejam detetadas irregularidades suscetíveis de correção nos documentos apresentados que possam levar a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do CCP, os mesmos poderão ser supridos no prazo de 5 dias a contar da notificação para esse fim.
3. Os documentos de habilitação devem ser apresentados através da Plataforma Eletrónica de Contratação Pública do Município de Oleiros: AcinGov (<https://www.acingov.pt/>).

Artigo 13.º

Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário.

1. Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP.
2. Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do CCP.

Artigo 14.º

Critério de adjudicação

1. O critério de adjudicação é unicamente o do mais baixo preço, visto o caderno de encargos definir todos os aspetos da execução do contrato.

Artigo 15.º

Exclusão de propostas

Consideram-se excluídas as propostas que se encontrem numa das situações previstas no n.º 2 do artigo 70º do CCP.

Artigo 16.º

Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

Artigo 17.º

Legislação aplicável

Em tudo o omissa no presente convite e caderno de encargos, observar-se-á o disposto no CCP, e restante legislação aplicável.

Com os melhores cumprimentos

O Vice-Presidente da Câmara



(Vitor Manuel da Conceição Antunes)

No uso de Competências delegadas.
Despacho n.º 34, de 26/01/2018